



---

## Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

Após divulgar que apenas 25% dos imóveis rurais do país foram registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até 2 de maio deste ano, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou que a data para adesão será prorrogada para 5 de maio 2016, ampliando o prazo para os produtores rurais que não conseguiram se inscrever. Segundo o novo Código Florestal, de 2012, os agricultores teriam até esta terça-feira (5/5) para cadastrar seus imóveis rurais no sistema do CAR (Siscar), mas a possibilidade de prorrogação por mais um ano também estava prevista na lei. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### Mudanças no Carf

O prazo da consulta pública para a alteração do regimento interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que terminaria nesta segunda-feira (4/5), foi prorrogado para a próxima segunda, 11 de maio. O documento definirá as novas normas de funcionamento do órgão. Segundo nota do presidente do Carf, Carlos Alberto Barreto, o adiamento foi necessário em razão do "elevado nível de adesão até aqui registrado, de pleitos das entidades interessadas e da diretriz do ministro da Fazenda de ampliar a participação da sociedade e, desta forma, possibilitar ao Carf alcançar padrão de excelência dos serviços prestados". As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### Ajuste fiscal

Com a presença de sindicalistas nas galerias do plenário, a Câmara dos Deputados deve começar a votar na tarde desta terça-feira (5/5) as duas medidas provisórias que restringem o acesso dos trabalhadores a uma série de benefícios trabalhistas e previdenciários, as chamadas MPs do ajuste fiscal. Apontadas pelo Palácio do Planalto como indispensáveis para reequilibrar a economia, as propostas dividem o Congresso Nacional e geram indignação no meio sindical. As informações são do portal **G1**.

---

### Planos econômicos

O julgamento dos planos econômicos será retomado pelo Supremo Tribunal Federal assim que Luiz Edson Fachin tomar posse como novo ministro da corte. A ideia do presidente do tribunal, ministro Ricardo Lewandowski, é liberar o processo para julgamento algumas sessões após o ingresso de Fachin. Isso daria a chance para ele estudar o caso, já que, como ministro mais novo no STF, será o primeiro a votar depois dos relatores. O processo deve entrar na pauta do tribunal duas semanas após a posse do novo ministro. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### Nova súmula

O Tribunal Superior do Trabalho deve editar uma súmula para estabelecer que empresas que realocam funcionários de funções extintas, em consequência de automação, devem pagar pelas horas trabalhadas a mais, se ocorrer aumento de jornada nas novas posições. O pagamento, porém, será por meio de horas simples e não de horas extras, que têm acréscimo de 50% sobre o valor pago normalmente. A decisão de redigir a súmula partiu do Pleno do TST, ao analisar processo que envolve duas ex-funcionárias da

---



---

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### **Acordos de leniência**

Os acordos de leniência de empresas investigadas na "lava jato" só devem sair, em um cenário otimista, a partir de setembro. A demora preocupa a área econômica do governo, que teme os efeitos no ritmo da atividade no país. Das 29 empresas sob investigação, só quatro se mostraram dispostas a colaborar, mas nenhum acordo foi negociado ainda porque isso depende de uma autorização do Tribunal de Contas da União à Controladoria-Geral da União. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

---

### **Recuperação judicial**

A Justiça de São Paulo aceitou o pedido de recuperação judicial de apenas 9 das 28 empresas do Grupo Schahin que haviam feito o requerimento em meados de abril. Ficaram de fora 14 das 15 empresas estrangeiras, que eram donas de navios-sonda. Das nacionais, foi rejeitado o pedido de quatro companhias que estavam inoperantes. Também não foi aceita a recuperação da Schahin Securitizadora de Recursos, por não ser do ramo de construção ou do setor de óleo e gás. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

---

### **Pedidos de arquivamento**

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer dizendo que devem ser repudiados os pedidos para arquivamento das investigações feitas pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pelos senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG), Edison Lobão (PMDB-MA) e Valdir Raupp (PMDB-RO), pela ex-governadora Roseana Sarney (PMDB-MA) e pelo vice-governador da Bahia, João Leão (PP). Segundo o PGR, não há pressupostos legais para os arquivamentos. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

---

### **Incorporação suspensa**

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a liminar que suspende a incorporação da OAS Investimentos pela OAS. A decisão é do desembargador Ramon Mateo Júnior, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial da Corte, e atende o pedido de fundos americanos de investimentos (Aurelius Investment, LLC e outros), credores do grupo OAS. Ainda de acordo com a decisão, controladores e administradores das duas empresas devem "se abster de praticar quaisquer atos baseados nessa incorporação suspensa, sob pena de multa de R\$ 500 mil por infração". As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

### **Delação premiada**

O presidente da UTC, Ricardo Pessoa, acusado de ser o coordenador do cartel conhecido como "clube das empreiteiras", ficou em silêncio durante o primeiro dia de interrogatório dos empreiteiros envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras na Justiça do Paraná. O silêncio de Pessoa aumentou a incerteza sobre se aceitará ou não acordo de delação premiada. Além de Pessoa, foram ouvidos os executivos da Camargo Corrêa Dalton Avancini, Eduardo Leite e João Auler. Como previsto, Leite e Avancini, que

---

---

fizeram delação premiada, confirmaram a existência de um acordo entre as principais construtoras do país para definir as licitações na Petrobras. As informações são do jornal **O Globo**.

---

### **Falta de provas**

Responsável por conduzir as investigações no Ministério Público Federal no Distrito Federal contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a procuradora Mirella Aguiar descarta a possibilidade de pedir quebra de sigilo do petista. "Qualquer tipo de invasão da esfera da intimidade, da privacidade do investigado tem que ser fartamente fundamentada. Quando se faz a pergunta se isso daqui poderia gerar uma quebra de sigilo, a inexistência de provas neste momento não autorizaria", afirmou. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

---

### **Censura intolerável**

A ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia repudiou qualquer tentativa de restringir a liberdade de expressão, mesmo que de forma camuflada. Segundo ela, medidas desse tipo não passam de censura e serão consideradas inconstitucionais. Cármen Lúcia participou da abertura do 7º Fórum Liberdade de Imprensa & Democracia, em Brasília. "Não se tolera censura no Brasil. Qualquer marco que de alguma forma possa restringir ou ser uma forma camuflada de censura será considerada inconstitucional", afirmou. As informações são do portal **G1**.

---

### **Local estratégico**

A 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou um homem a pagar R\$ 50 mil, por danos morais, ao seu vizinho, por ter atirado em seu órgão genital durante uma discussão. Na decisão, o desembargador Wagner Cinelli considerou o alvo do tiro como motivo para manter a indenização. "O autor permaneceu por um período de seis meses sem qualquer atividade sexual, o que, por certo, configura aborrecimento com claros efeitos na autoestima", pontuou o magistrado. As informações são do colunista Ancelmo Gois, do jornal **O Globo**.

---

### **Motoristas liberados**

A Justiça de São Paulo derrubou, nesta segunda-feira (4/5), liminar que determinava a suspensão das atividades do aplicativo Uber no Brasil. O aplicativo conecta motoristas autônomos e usuários em busca de transporte. A juíza Fernanda Gomes Camacho, da 19ª Vara Cível, reexaminou o pedido de liminar e decidiu pela manutenção do Uber.

Para ela, a ação civil pública em si não pode determinar se o aplicativo é regular ou irregular. As informações são do portal **G1**.

---



## **Crimes financeiros**

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp está preparando um parecer para Eike Batista. Ele deve dizer que fracasso nos negócios não é sinônimo de crime. O documento será apresentado nas ações penais a que Eike responde. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

---

## **OPINIÃO**

### **Solução de conflitos**

Em artigo publicado no jornal **O Globo**, Olivia Fürst, presidente da Comissão de Práticas Colaborativas da OAB-RJ, aponta dissonância entre o que esperam os clientes (solução rápida dos conflitos) e o que os advogados oferecem (judicialização dos conflitos). Em sua visão, os métodos alternativos de solução de conflitos deveriam ser os primeiros caminhos a serem trilhados. "Uma atuação não adversarial, que tenha o litígio judicial não como o primeiro, mas como último recurso, encontra total consonância com as recentes inovações legislativas trazidas pelo novo Código de Processo Civil e pelo projeto de lei que regulamenta a mediação de conflitos", diz.

**Autores:** Redação ConJur